



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 03 / 08

Data da Sessão: 30 de Abril de 2008

Início da Sessão: 11.30 horas

Fim da Sessão: 13.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha-----

2º Secretário: Lidia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

----- Aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;**-----

-----**PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

----- **PONTO TRÊS – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO RELATIVA À TOPONIMIA - FREGUESIAS DE MONTEMOR-O-VELHO, PEREIRA, SEIXO, VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA;**-----

-----**PONTO QUATRO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL--**

-----**PONTO CINCO – APRECIAR E VOTAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007;** -----

----- O PMAM começou por referir que o SMAM, Vitor Travassos, não iria estar presente na reunião pelo que, à semelhança da prática que tem sido seguida, convidou, o Membro Lúcia Pagaimo para o substituir, não se tendo registado qualquer oposição à sua proposta. Procedeu-se, então, à chamada, verificando-se as seguintes:-----

-----**PRESENCAS** - Lúcio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardo, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José de Oliveira e Sousa, José Manuel Cardoso Buço, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

-----**AUSÊNCIAS: Justificadas** - Fernando Jorge dos Ramos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, José Laranjeiro Costa e o PJF de Meãs; **Injustificadas** - Maria Isabel Martins Rolim.----

-----**SUBSTITUIÇÕES** - Os Membros Vítor Manuel Monteiro Travassos, José Laranjeiro Costa e PJF de Meãs solicitaram a sua substituição, que foi efectuada, respectivamente, pelos Membros Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, José de Oliveira e Sousa e o Tesoureiro JF de Meãs, José Abrunheiro Silva Alho, de acordo com os artigos 78º e 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---

-----Registou-se a presença dos Vereadores: Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Góis. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

-----Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos dos Membros da AM, que foram despachados e arquivados em dossier próprio.-----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;**-----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Verificada que está a existência de quórum, declaro aberta a reunião, pelas 16 horas e começo por cumprimentar os Membros da MAM, o PCM e restantes Membros do Executivo Camarário, todos os Membros da AM incluindo os PFs, a nossa colaboradora Neiva Esteves e público em geral. Permitam-me uma saudação especial de boas vindas para os elementos que, hoje, vêm substituir, alguns Membros que se encontram impossibilitados de estarem presentes. A todos desejo uma excelente reunião, bem participada e que conduza a bons resultados”. -----

-----Foi, então, analisado o resumo da correspondência recebida e expedida, desde a última Sessão e, oportunamente, enviado aos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----O PMAM colocou à votação a acta nº 01, de 29 de Fevereiro do corrente ano, não se tendo registado qualquer intervenção, pelo que colocada à votação se obtiveram os seguintes resultados: -

-----Votos contra – 0; -----

-----Abstenções – 02;-----

-----Votos a favor – 28. -----

-----A presente acta foi aprovada por maioria.-----

-----Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes.-----

-----E foram aceites:-----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, do PS ("**Moção de Felicitações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Mário Pardal, da CMNRC ("**Diversos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “No que se refere à Associação Filarmónica União Verridense e apesar de a ela fazermos referência neste documento, pensamos que a sua longevidade merece muito mais e daí que pensamos apresentar, em data oportuna, um documento alusivo à grandeza do evento já que a mesma é uma das 3 Filarmónicas mais antigas do País e que muito prestigia Montemor-o-Velho”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Santo Varão ("**Encerramento da HEXION**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**.-----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Os meus votos sinceros de boa tarde para todos os presentes. -----

----- Não posso deixar de me solidarizar com a Moção apresentada, considerando que a situação é, de facto, problemática e se verifica, cada vez mais, que aquela zona tem perdido, ao longo dos tempos, alguma produtividade e empregabilidade – desapareceram os Lacticínios do Vale do Mondego e, agora, é a vez da HEXION. É, de facto, a descaracterização do tecido produtivo daquela freguesia e em que todos nós ficamos a perder. Quero, desta forma, solidarizar-me com os trabalhadores e com as suas famílias e apelo para que tudo seja feito, por intermédio da CMMV, para que, o mais rapidamente possível, seja implementado o que se encontra previsto – o Parque Industrial Pereira/Santo Varão”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “A minha posição é de total solidariedade com esta Moção e aproveito para recordar que o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, imediatamente a seguir à informação de que iria ser encerrada a fábrica da HEXION, tomou algumas medidas, no sentido de alertar o Governo e a Assembleia da República (AR) para o facto, e teve a oportunidade de promover o contacto dos dirigentes sindicais do distrito de Coimbra com os trabalhadores da empresa. Isto que sirva de lição, para todos nós, no sentido de ficarmos cientes de que, nem sempre, o investimento vindo de empresas mais fortes é o melhor. São estas empresas que podem dar-se ao luxo de, muitas vezes, encerrar empresas viáveis, de fazer investimentos fortes, como foi o caso, e a seguir encerrar apenas com o claro objectivo estratégico do domínio do mercado onde participam. Sabemos que esta empresa encerrou uma fábrica em Espanha e vai encerrar esta, apenas com o objectivo de dominar, mais e melhor, o mercado em que se insere e, portanto, importa-se muito pouco com o destino e com o futuro das pessoas que lhe dedicaram a maioria dos anos da sua vida. Nesta fase importante do desenvolvimento do Concelho em que é importante seleccionar investimentos, deixo este alerta para que tenhamos estes aspectos em consideração”.-----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Perante a situação que todos conhecemos, aproveito para louvar o trabalho desenvolvido pelo Governador Civil (GC) e pelo PCM, na defesa dos trabalhadores, exigindo que, nas negociações realizadas, eles venham a receber uma compensação superior ao que está estipulado por Lei e manifesto, também, a concordância do Grupo do PS para que aquele espaço venha a ser utilizado para fins industriais. Não concordamos que haja qualquer alteração ao PDM de modo a que a empresa em causa ainda pudesse ter algum lucro com a venda do terreno. Aproveito para alertar para o facto daquela área ter sofrido uma carga enorme de poluição e daí que seja importante que, por parte da CMMV, se exija um tratamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

exaustivo do terreno, por parte da HEXION, que, legalmente é responsável por fazer essa despoluição.-----

-----Em relação à empregabilidade no concelho, permitam-me que manifeste, também, a nossa preocupação em relação às notícias da existência de salários em atraso, na 500 MD. Não seria para este ponto, mas aproveito para questionar a CM sobre a existência ou não de algum desenvolvimento relevante, relativamente à AGNI e Cofanor e para deixar, também, o nosso agrado pela ANATURAR, ex-Via Láctea, já ter começado a laborar, ainda que de forma experimental. Realmente, com o encerramento da HEXION e estando a 500 MD neste impasse, será bom que se cumpram prazos, e creio que o PCM irá fazer tudo o que está ao seu alcance para o conseguir, de modo a garantir empregabilidade no nosso Concelho”.-----

-----O PCM pediu a palavra para esclarecer as questões colocadas, dizendo: "Em relação à HEXION gostava de dizer que a situação foi desencadeada no dia 29 de Fevereiro, no dia que se realizou a reunião da AM, em que, precisamente, ao meio dia entrou no meu gabinete um representante dos Directores Executivos da Holding da HEXION que comunicou a intenção de encerramento daquela unidade fabril e, ao mesmo tempo, informou que, na véspera, tinha procedido se igual modo junto dos Ministérios do Trabalho e da Economia. A apreensão foi total e, desde a primeira hora, quer o PCM, quer o GC, em conjunto desenvolveram uma série de contactos de modo a desencadear todos os procedimentos que se julgaram convenientes. Através da CMMV, dirigi aos Grupos Parlamentares, ao Ministro do Ambiente, ao Ministro do Trabalho, ao Ministro da Economia e ao ICEP todo um manancial de informação que conduziram a diversas reuniões sobre o tema. -----

-----Toda a metodologia programada para uma intervenção junto das entidades responsáveis e da Hexion, se dividiu em 2 partes. Uma delas está, praticamente, concluída e refere-se à negociação entre o patronato e os empregados e, nessa matéria, realizaram-se várias reuniões aqui e no Governo Civil de Coimbra (GCC) com a Comissão de Trabalhadores (CT). Foi através destas reuniões que se desenvolveram os contactos com o que veio a ser a assessoria técnica e jurídica que acompanhou a CT. Aproveito para vos quero dizer que aquela era uma fábrica de grande contorno familiar do ponto de vista de conceito, em que não existia uma CT, que num total de 96 trabalhadores, apenas 4 ou 5 trabalhadores eram filiados em sindicatos, pelo que não existia uma posição concertada e daí que tivesse que ser desenvolvido todo um conjunto de circunstâncias de modo a permitir à CT uma envolvimento técnico, político e, sobretudo, jurídico. -----

-----No passado dia 9 de Abril, foram encerradas as negociações; neste momento estão, nos Estados Unidos, apenas a serem formalizadas as assinaturas finais da Administração e tive a oportunidade de, na semana passada, reunir, separadamente, com os trabalhadores e com a Direcção e, posteriormente, em conjunto, conseguindo-se, por consenso, agendar nova uma reunião, agora no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

GCC, para o próximo dia 6 de Maio, terça-feira, às 11 horas em que pedi para estarem representantes do AICEP, da Segurança Social e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

-----Em termos de negociação, fazendo eco do que ouvi à CT e à Administração, de facto, atingiu-se um valor negociável que me parece que é razoável para ambas as partes. Não vou citar os valores acordados, porque penso que tal não era conveniente, nem adequado, mas encontram-se acima do que, inicialmente, foi proposto, que andava à volta de 1,5, atingindo-se, em média valores para além do dígito 2. Tal não significa que a situação não seja, na mesma, preocupante como tive oportunidade de referir à CT e à Direcção. De referir que a empresa tem 96 trabalhadores, dos quais 92 serão quadros e administrativo, 4 possuem situações um pouco híbridas de coordenação ou chefias e que não são propriamente funcionários e, do total, 26 são do nosso Concelho, 49 do Concelho de Soure, 11 do Concelho de Coimbra, 4 do Concelho de Condeixa e o resto é de diversos Municípios limítrofes. É evidente que não que nos preocupámos apenas com as 26 pessoas do concelho pois, as outras, são tão importantes como elas e foi o concelho que perdeu mais um produtor de riqueza.-----

-----Quero confessar que senti, da parte dos trabalhadores, entusiasmo e galhardia e bem estar pelo que alcançaram. Permitam-me que desabafe isto com a maior das sinceridades e, ao mesmo tempo, com alguma emotividade até porque penso que muitos ainda não mediram bem as consequências disto tudo. Há ali trabalhadores que vão ter direito a subsídio de desemprego durante pelo menos 3 anos, depois terão direito a um subsídio social durante dar mais um ano ou um ano e pouco. Quem está com 40 anos, durante estes 3 anos pode viver destas prerrogativas, mas depois não têm compatibilidade nenhuma de integração no mercado de trabalho, por muito que isto nos custe a dizer. Face a esta situação o pedido que eu fiz ao GC e, sobretudo aos representantes das diversas Instituições que referi, foi a abertura de investimentos previstos para a região que podem absorver alguns daqueles quadros e alguns daqueles elementos.-----

-----A Iberdrola vai investir na Figueira da Foz, a EDP vai investir na Figueira, a AGNI vai investir em Montemor, a Cofanor vai investir em Montemor, estão previstos investimentos, também fortes, de grupos espanhóis e é preciso ter uma estratégia para poder repartir alguns destes elementos e começar a enquadrá-los. Isto tem de ser feito a um nível que cabe fundamentalmente ao Instituto do Emprego, à Segurança Social ou mesmo às dependências da tutela, que estão a financiar esses investimentos. Portanto, a primeira fase está praticamente fechada, há conteúdo de ambas as partes; agora, a segunda parte é, fundamentalmente, a preocupação de repormos uma oferta produtiva no Concelho, se calhar mais flexível, mais qualificada e que salvguarde aquele território onde a Hexion se encontrava. Estamos a falar de 22,5 hectares que podem, ainda, ser alargados de modo a permitir a constituição do embrião duma zona de acolhimento empresarial - isto significa que aquele terreno tem suporte para mais do que um ou dois investimentos. Por outro lado tem um valor muito grande, acrescentado a essa faceta que é ter já na sua constituição uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

valência muito importante de recuperação e tratamento de resíduos sólidos industrial, que é uma valia grande e que na carta que dirigi ao Ministro do Ambiente lhe chamo a atenção de que há um problema para acompanhar com acuidade especial na verificação do cumprimento da descontaminação dos terrenos em causa, dada as matérias que ali foram tratadas ao longo de anos. -

Digo-vos, também, que CM, por escrito, já manifestou o seu interesse à Direcção da HEXION em ser a primeira adquirente daquele território, tendo feito a oferta de um dólar. Se ficarmos nós com aqueles terrenos, teremos de suportar os custos, por exemplo da descontaminação, mas ficamos, também, com as mais valias já lá criadas. Isto são questões que, num eventual loteamento industrial, poderão vir a ser renegociados pelos eventuais investidores que ali se queiram instalar. Neste momento vamos entrar numa segunda fase que é a de tentar captar investimento alternativo, mantendo uma oferta produtiva, em níveis de qualificação um pouco mais elevados e em níveis quantitativos de oferta de mão de obra próximos do actual ou superiores. -----

-----Relativamente à AGNI, na próxima semana são levantadas as licenças de construção, está entregue a obra, estão a ser realizadas, em Lisboa, as negociações finais de assinatura de contrato com empreiteiros, o que significa que nos próximos dias a obra se inicia. -----

-----A Cofanor já começou, prevendo-se a sua conclusão em Setembro deste ano, pelo que a sua abertura deverá ocorrer no último quadrimestre.-----

-----Aproveito para informar que, muito recentemente, foi aberto grande parte do regulamento do QREN, nomeadamente, para as áreas de acolhimento empresarial e para as parcerias com outras instituições, pelo que estamos a preparar a candidatura do Parque Logístico Industrial de Arazede de modo a dotá-lo com tecnologia avançada de informação. Para além disso, dentro de uma ou 2 semanas, vamos inaugurar novos equipamentos que permitirão a todos os cidadãos, organismos e empresas ter acesso à banda larga”.-----

-----O SMAM, Manuel Portelinha, pediu a palavra e disse: “Penso que deve ser dado conhecimento à Direcção da Hexion das intervenções aqui registadas”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da moção tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelos PJF de Pereira e de Santo Varão ("**Ponte do Paço**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Considerando que esta Moção é apresentada pelos 2 PJF que vivem o problema, aqui relatado, permitam-me que louve a iniciativa que tiveram ao fazerem um recenseamento do tráfego, fundamental para discutir esta situação. Em face desta circunstância, o Grupo da CMNRC apoia inteiramente esta Moção”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30**

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a referida moção sido aprovada por unanimidade. -----

--

----- **Moção** subscrita pelo PFJ de Arazede ("**Inauguração de obras realizadas na Escola do 1º CEB de Arazede**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede ("**Início das obras na EM 335-1**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede ("**Ligação entre Arneiro Tecelão/Pelichos à A-17**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelos PJF de Pereira e de Santo Varão ("**Variante EN 341 e EN 347 Alfarelos/Arzila**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **08**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- O PCM pediu a palavra para prestar informações relativas a esta Moção: "Em relação a este assunto acho muito bem que a AM tome posição, considerando até que a CM já fez o mesmo. Aproveito, ainda, para informar de um conjunto de contactos já estabelecidos pelo Executivo Municipal e dos quais já obtiveram algumas respostas. -----

----- Quando o Ministro das Obras Públicas e o Secretário de Estado Adjunto estiveram em Coimbra a fazer a apresentação das Auto-Estradas do Centro, coloquei-lhes 2 dos assuntos que aqui já foram evocados. Um sobre a questão do resultado da avaliação do impacte ambiental às variantes da EN 341 e o outro sobre os nós de saída na A17, quer na vertente sul do Concelho, quer na vertente Norte e, em relação a esta temática, eu dividiria a análise em duas partes muito distintas. Em relação à variante da EN 341/347, pura e simplesmente não poderemos ficar parados. A questão da aprovação da solução C não resolve o problema, mas pode ser mais trabalhado e defendido a 2 níveis. Em primeiro lugar, foi escamoteada a existência do Plano Director de Arzila; segundo: a extensão a construir vai desmotivar totalmente a utilização desta via alternativa pois ninguém vai fazer mais 8 Km a pagar taxas, quando tem soluções que são, necessariamente, de remendo e que se prendem com a utilização das variantes criadas à passagem sob a Linha do Norte e à forma de utilização das estradas do regadio, que é o vai acontecer. Esta situação vai colocar em causa, continuamente, o problema da segurança e o da manutenção de vias que são municipais, que são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

nossas, em detrimento de soluções viárias, claras e oportunas; terceiro: devemos ter muita atenção para não nos deixarmos embalar numa questão, exclusivamente, de defesa de contorno rodoviário - temos algo para dizer, do ponto de vista ambiental, que vai ao desencontro dos argumentos utilizados na aprovação da proposta “C”. Esta vai prejudicar mais o Paul de Arzila do que as propostas “A e B” e os meus colegas de outras autarquias defendem, intransigentemente, aspectos que eu defendo para Montemor-o-Velho e para aquela zona, que passa pela solução “B” ou a “A” reestruturada, repensada, que permita o avanço urbano e industrial das freguesias de Pereira e de Santo Varão. Em primeira instância a resposta dada pelo Ministro e pelo Secretário de Estado das Obras Públicas foi que, pura e simplesmente, isto vai para o Secretário de Estado do Ambiente, numa resposta que é meramente política. É que quer o Ministro das Obras Públicas quer o Secretário de Estado fazem contas e perguntam a eles próprios para que é que se há-de gastar, ao erário público, mais uns largos milhões de euros para fazer mais 8 quilómetros em defesa de prerrogativas. Penso que esta Moção, bem com a CM, devem ir mais longe e, dentro de pouco tempo, não só, reivindicar a anulação deste despacho, mas também e fundamentalmente exigir um novo estudo de avaliação ambiental onde a flexibilidade das propostas seja maior do que a inflexibilidade da que existia. As 3 propostas apresentadas eram, pura e simplesmente, estanques e, pessoalmente, digo-vos que a ideal não é a “A” nem a “B”, mas uma ali no meio. Essa hipótese vai servir os interesses de todos e, não podemos esquecer que vamos ter de conjugar isto com o que está a ser feito com a Linha da Alta Velocidade, que será um corredor que não vai possibilitar fazer nada num contingente de território extremamente elevado. Faço um repto à Comissão de Acompanhamento da AM e ao próprio Executivo para promover reuniões de consenso para encontrarmos respostas que permitam, rapidamente, o encontrar de soluções, porque não me parece que haja obstrução política, a nível central, para algumas das nossas pretensões.-----

----- Em relação aos nós da A-17, na norte do concelho, penso que a situação pode ser-nos muito mais favorável, pois no mesmo pacote em que falava da EN 347, o Ministro e o Secretário de Estado disseram que o problema passou para o Secretário de Estado do Ambiente e, agora, é necessário procurar um entendimento com ele. -----

----- Quanto à zona sul, a resposta não veio por escrito, o que é bom sinal, e vamos ter de continuar a lembrar a situação, porque há todas as condições para ou na abertura da auto-estrada ou mais tarde, poder vir a ser anunciada a hipótese de abertura do nó de ligação na margem esquerda/sul. Para isso já apresentámos 2 propostas concretas: uma situada no concelho de Soure, na zona do Moinho da Almoxarife e Casal das Camarinheiras e outra, dentro do nosso concelho, na zona limite do concelho, em Reveles. -----

----- Em relação a essas circunstâncias, penso que é fundamental que as tenhamos presentes e que as consigamos levar a bom porto, até do ponto de vista duma consensualização estratégica de intervenção política”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30**

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Verride (“**2º Centenário da Associação Filarmónica União Verridense**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **09**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Montemor-o-Velho (“**1º de Maio**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **10**. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Apenas para referir que subscrevo esta Moção, mas lamento que, neste momento, à imagem dos discursos do 25 de Abril, estejamos todos de acordo no essencial, não esquecendo que é preciso proteger os mais fracos, que as políticas se alterem de maneira a proteger os mais desamparados, mas depois, no momento de decidir os nossos votos, se apoiem maioritariamente os Partidos que promovem as políticas sobejamente conhecidas. Sinceramente, gostava que o PJF de Montemor-o-Velho e o Grupo do PSD-PP que apresenta esta Moção, praticasse estas palavras, não se ficassem pelo discurso tal como aconteceu com o discurso do 25 de Abril, do líder do mesmo Grupo. Ando a ficar surpreendido, preocupado, com este tipo de discurso porque, de facto, em dada altura já não sei quem é quem e, por acaso, achava que haviam de parar para pensar no que é a nossa prática relativamente aos nossos apoios políticos”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Depois desta intervenção, parece que o 25 de Abril e o 1º de Maio são apanágio só de alguns cidadãos deste País. Desiludam-se, porque efectivamente no PSD e só falo por ele, existem muitos bons exemplos de espírito democrático e, por isso, quando falamos desta forma é porque o sentimos. Também a ética na política não é apanágio só de alguns, tem que ser de todos. Todos temos, efectivamente, de dar bons exemplos e o Membro Jorge Camarneiro não tem de ficar preocupado, até porque sei que ele diz isto com uma abertura e sensibilidade, porque nós defendemos isto, está na nossa génese o primado da pessoa humana, o respeito pelo próximo é fundamental na nossa forma de ver a política. Não temos limites para o nosso olhar ou para a nossa praxis política, portanto não estamos de, certo modo, balizados, até onde é que podemos falar ou não falar. Falamos aquilo que nos vai na alma e, no 25 de Abril, foi isso que aconteceu. Em função destas questões e como somos um Grupo que tem liberdade de poder dizer o que sente e o que pensa, isso dá-nos um certo prazer, porque é a nossa prática, a nossa postura. Em todos os Partidos Políticos há indivíduos que pensam de uma forma, e outros que pensam de outra e até do Partido em que milita saem militantes duma praxis política que é antagónica ao que se lê nas cartilhas. Portanto, continuaremos com esta prática, porque entendemos as coisas com tranquilidade”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Ao longo de quase duas horas tenho estado calado a ouvir todas as Moções, onde se revela uma demagogia imensa, mas já várias vezes me manifestei em relação a isso e não me vou repetir. O que pretendo dizer, até com algum humor,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

é que estranho o que se refere, pois não será este Código de Trabalho (CT) que instalou a precariedade, que agora está a ser contestada por esta Moção, obra da Coligação PSD-PP no Governo? Não é obra do Dr. Bagão Félix, num Governo Durão Barroso e mais tarde substituído pelo Dr. Santana Lopes? Vocês, é isto que eu questiono, será que se esqueceram que foram estes Partidos que aprovaram o actual CT agora, de alguma forma, posto em causa? Não é verdade que o actual Governo está a pôr em causa este mesmo CT inventando, inventando uma coisa que se chama “inaptidão funcional”, eu não sei se isto é do foro da medicina, da neurologia ou do trabalho? Não digo que do meu Partido não saiam cardeais. Saíram para outros sítios, porque nós fizemos o favor de lhes mostrar o caminho, porque quando entendemos que não estão de acordo com a nossa prática, com aquilo que defendemos, temos que lhes dizer que não estão bem, que têm que procurar outro sítio e, portanto, saem cardeais e hão-de sair bispos. O que penso é que deveríamos tirar consequências das nossas palavras - e isso não se faz”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Proposta** subscrita pelo PJF de Pereira (“**Toponímia**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **11**. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “O PJF de Pereira teve a elegância de falar comigo sobre este assunto; trocámos algumas palavras, mas não me tinha apercebido que era uma moção assinada pelos elementos da Assembleia de Freguesia (AF), que não tem cabimento no nosso Regimento. Pode ser uma informação, um pedido de esclarecimento mas como moção não faz sentido”. -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Não tenho que intervir nesta questão, mas acho que, como Presidente da Comissão Municipal de Toponímia (CMT), quanto ao seu conteúdo terei de dizer algo. Penso que o PJF de Pereira a pode transformar numa proposta dele ou num pedido de esclarecimento à CMT, mas chamo a atenção para o facto do PJF ter estado presente nas reuniões de toponímia referentes a Pereira. A base de trabalho que serviu à discussão é uma proposta da JF de Pereira, entregue na CM, no ano de 2000, com um roteiro feito pela própria JF, em 1997 e todas as aprovações resultam de um órgão que criou, chamaria doutrina em 1997 e em 2000 e de acordo com o Regulamento aprovado por este órgão. Todas as propostas foram vinculadas por JFs ou por Ams. Há um documento, de 2002, dizendo que mantém toda a proposta que foi entregue, anteriormente, à CM e, por exemplo, as divergências nos números de polícia não podem existir porque tal não é competência da CMT e, é evidente que os números de polícia de há 10 anos atrás não serão os mesmos de agora. CMT, por isso dou a sugestão, se me é permitido, de que transforme essa moção numa proposta sua ou numa sugestão para encaminhar para a Comissão respectiva para que possa ser votada, voltando a recordar que toda a proposta que esteve em cima da mesa e foi apreciada foi oriunda de deliberações da sua JF, datadas de 2000”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Independentemente dos aspectos formais da questão que é suscitada, de poder ou não ser subscrito pelo PJF, mas este demonstrou a humildade que é, após um processo em que ele próprio apoiou as decisões da CMT, reconhecer que talvez existam divergências na sua comunidade e, portanto, trouxe essas divergências ou um pedido de análise a esta AM. É evidente que as divergências serão fundamentadas naquilo que disse o PCM - isto é um processo que resulta de algumas ideias que suscitadas em 1997 e em 2000, tal como acontece em Montemor. Aqui as placas estão todas colocadas, independentemente da CMT só agora ter decidido o nome das ruas e, portanto, dá-me a ideia de que terá decidido, alguns nomes, condicionada pelo facto das placas já lá estarem. Provavelmente, não faria mal nenhum que pudesse haver uma certa abertura e que fossem corrigidos alguns erros até do ponto de vista da designação. Por exemplo, no Casal Novo do Rio, a designação de uma das ruas, independentemente do estar de acordo ou não com os nomes, é incorrecta, porque nunca houve Poço da Cal, há um fosso da Ponte da Cal e a rua foi baptizada com o nome de uma coisa que se pretendia homenagear, mas que está mal designada. Penso que há problemas porque isto é um processo de 10 anos e a CMT, que não teve o cuidado de actualizar alguns dados, terá ficado condicionada até por iniciativas unilaterais de alguns PJF que meterem placas onde não tinham o direito de o fazer. Portanto, deve mostrar-se abertura a algumas sugestões/alterações que possam vir a surgir e não ponho nenhum obstáculo à questão formal ora levantado”. -----

----- O PJF de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Permitam-me que relembre que já, em tempos, recordei ao Membro Jorge Camarneiro que, efectivamente, ele também foi convidado para emitir a sua opinião, nomeadamente em Dezembro e, ainda hoje, os mapas lá estão afixados para quem quiser ver. É evidente que nunca o fez, nunca se deslocou à sede da JF e nunca propôs uma alteração para qualquer uma das ruas da Freguesia, nomeadamente, a rua da Barca ou do Poço da Cal. Na zona existem 2 ruas distintas - a rua do Poço da Cal e a rua da Ponte do Poço da Cal. Como o PCM disse, isto é um processo que vem desde 2000, tendo o anterior PJF elaborado uma Comissão de Montemorenses, nomeadamente das localidades e, se calhar, aos olhos do Membro Jorge Camarneiro, fez mal. Mas isto é simples: propormos à AM um novos topónimos, retiramos todas aquelas placas, com todas as despesas que tal acarreta e está o problema resolvido. Em Dezembro, coloquei novamente à apreciação dos interessados para que nos ajudassem a ultrapassar alguns problemas. O Membro Jorge Camarneiro nunca lá passou, nunca fez nada para alterar a situação e vem, agora, para uma AM falar nisto”. -----

----- O PJF de Pereira pediu a palavra e disse: “Em vez de moção passará a ser uma proposta e eu assinarei o seu conteúdo, já que isto tinha que ser apresentado”. -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Assim sendo, o documento passa a proposta e vai depois ser analisada pela CM e CMT”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PFF de Tentúgal (“**Reconstituição de Feira à Moda Antiga**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **12**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal (“**I Concurso de Vinhos da Freguesia de Tentúgal – 20 de Abril de 2008**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **13**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Armindo Mota, da Coligação Montemor no Rumo Certo (“**Homenagem ao Poeta Afonso Duarte**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **14**. -----

-----O Membro Oliveira e Sousa (PS) pediu a palavra e disse: “Meus senhores, decorridas 2 horas, chegou a oportunidade de ouvir aquilo de que mais gostamos - poesia. Na verdade, ouvi atentamente o nosso amigo e Membro desta AM, Armindo Mota, que me fez lembrar o Poeta Gil que, olhando para o jasmim, pensava que estava a chorar por mim. Muito obrigado”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Santo Varão e pelo Membro Fernando Monteiro (“**Felicitações ao Rancho Folclórico do Centro Beira Mondego pelo seu desempenho na montagem e coordenação dos “Rituais de Vida e Morte” – 2008**”), conforme documento anexo à presente acta sob o número **15**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Como, muitos de vós, ouviram ao longo do último mandato, continuo a ser o mesmo, com o mesmo espírito independente, criticando e reivindicando tudo o que é melhor para o nosso Concelho. Na verdade, decorrido todo este tempo e, dada a minha presença nesta AM, tenho que afirmar que, na verdade, este Concelho ganhou muito com um homem chamado Luis Leal. É, realmente, um homem dinâmico e tudo o que tem feito, fá-lo com dedicação, com paixão. Na verdade, o resultado é bastante positivo em todos os sectores, nomeadamente, das infra-estruturas, do saneamento básico, das acessibilidades, dos pólos industriais e foram criados os momentos e os sectores básicos para o investimento do nosso Concelho. Tal tem sido essencial e só foi possível pela coragem que teve ao longo do primeiro mandato, tornando apetecível o nosso Concelho para que os promotores, os empresários e os investidores pudessem vir até nós. Não esqueço que este Concelho esteve, durante décadas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

marginalizado entre 2 pólos, Coimbra e Figueira da Foz. Parecia que o nosso Concelho não era mais que um território rural, que ainda hoje é, mas as pessoas estavam inactivas, sem esperança e sem hipótese de desenvolvimento. Hoje temos essa perspectiva mas é uma realidade que o nosso Concelho, nestas últimas décadas, perdeu muita população, temos freguesias diminutas de população, os nascimentos são menores, enfim, mas hoje assistimos a um sector em crescimento rápido em face destes investimentos. O crescimento da demografia existente, hoje no nosso Concelho, nestes últimos 2 ou 3 anos, foi e é uma realidade, mas como todos nós sabemos, cabe aos cidadãos e aos Municípios deste Concelho pagarem os seus impostos e pagamo-los para obter o quê em troca? Mais segurança, mais educação, mais condições de saúde e melhores acessibilidades, é um conjunto de situações para que os nossos impostos servem mas, na verdade, este crescimento demográfico começa a preocupar-nos a nível da segurança. Ultimamente, assistimos, pelos mais variadíssimos órgãos de informação a relatos de vários assaltos e actos de vandalismo. A última situação, deveras preocupante, que aconteceu, foi na EBI de Pereira onde vandalizaram muito do material e instalações, enfim, um conjunto de situações que intranquiliza todo o nosso Concelho. Na verdade eu sou atento, porque gosto muito de Montemor-o-Velho, gosto muito do nosso Concelho e tenho admiração por quem trabalha neste Concelho e por quem pugna pelo seu desenvolvimento e, parece que estamos a tornar-nos incapazes de evitarmos este vandalismo e esta insegurança e que intranquiliza todos os cidadãos. A própria GNR, sempre atento e sempre isento, não tem efectivos, não tem pessoal, não tem isto, não tem aquilo, na verdade pouco ou nada faz. O Ministro da Administração Interna, com as suas estatísticas, vem para a Televisão dizendo que a criminalidade baixou - mentira, porque hoje, infelizmente o cidadão comum não pode fazer uma queixa, porque custa dinheiro, cerca de 100 contos, no início, e as pessoas ganham pouco para se socorrer dos Tribunais para se constituírem assistentes, para continuarem com as queixas. Criámos um ciclo de insegurança e, nesse principio de desenvolvimento a que temos assistido, ultimamente, precisamos de cultivar a segurança e, por isso, peço que se dê conhecimento ou se alerte a autoridade representativa do Governo, pelo meio GC, através do PCM que é sensível a esta situação, que alerte para esta circunstância de aumento de vandalismo que está inserido no nosso Concelho”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de levantar, neste momento, diversas questões, mas dado o adiantado da hora e do cansaço provocado por este período, muito longo, de moções e contra-moções, gostava de levantar, apenas uma questão que é relativamente ao Centro Educativo de Montemor-o-Velho (CE). Tenho conhecimento que foram aprovados os primeiros 32 CE, no âmbito do QREN e que Montemor não está previsto neste primeiro pacote. Temos o aluno lectivo a começar não tarda muito, se calhar vai ser pedido ou sugerido o encerramento de mais algumas escolas e, também, é certo que as condições na freguesia de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

Montemor são precárias e, por isso, pretendia saber se há notícia de algum desenvolvimento neste campo. -----

----- Queria também alertar para 2 aspectos que me parecem relevantes - o aumento dos combustíveis e o dos cereais. O Vale do Mondego tem uma dependência económica relativamente a estes 2 aspectos e gostava de lembrar que, no ano passado, houve 14 aumentos dos combustíveis. Estes aumentaram mais de 40% no último ano económico, sendo certo que não percebo a razão para esta tendência, porque se o petróleo aumento em dólares, em euros pouco ou nada variou e não consigo perceber qual é a protecção que se faz às grandes empresas petrolíferas para que se faça reflectir em termos percentuais o aumento do custo do petróleo em dólares, que não é a percentagem de aumento do custo do petróleo em euros que é a moeda que ainda nos vai regendo. Este custo reflecte-se, também, na actividade económica do nosso Concelho, nomeadamente do Baixo Mondego e, tudo isto, se reflecte nas faltas de produção. Há poucos dias falava com um agricultor e dizia-lhe “isto agora é que vai ser, o arroz com aumentos brutais, quase do dobro, o milho com aumentos brutais também...” e ele disse “bem, não é verdade, a verdade é que mantemos tudo mais ou menos na mesma, porque os preços do produto pouco aumentaram e os factores de produção dispararam brutalmente”. Portanto, gostava de suscitar esta questão, porque de facto começa a ser demasiado humilhante, para o fraco rendimento dos portugueses, assistir a este engordar da Petrogal e quero deixar aqui uma outra questão: será que o Comissário Fernando Gomes, um dos actuais Administradores da Petrogal, tem alguma coisa a ver com isto? Porque é que o Governo espera para meter mão neste roubo descarado de que estamos a ser vítimas? -----

----- Era esta a questão que, estava enquadrada com outras coisas, mas fico por aqui para não prolongar muito a minha intervenção e este espaço, que já vai longo”.-----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “De uma forma muito rápida vou só fazer aqui um pedido de esclarecimento ao PCM para saber se há novidades em relação à adesão à Águas de Portugal e quando é que avança o resto da conclusão das obras do saneamento no Concelho. -----

----- Para finalizar, ao ouvir no dia 25 de Abril, o discurso do Presidente da República acerca do afastamento da juventude em relação à política, lembrei-me que, no mandato passado, através de um colega meu, Nuno Gonçalves, então Membro da AM, foi discutida a criação do Conselho Municipal da Juventude. Na altura ele próprio fez entrega de uma proposta de regulamento para a criação desse mesmo Conselho Municipal de Juventude e como nunca mais voltou a este Órgão, gostaria de saber em que ponto é que isso se encontra. Por outro lado penso que seria pertinente, fazer um balanço à cerca da efectividade do Cartão Municipal de Juventude, de quais foram os ganhos, qual a adesão da população”. -----

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM, como se deve ter apercebido, também estive presente na Sessão da AM, do dia 25 de Abril. Aquando do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

encerramento o senhor PMAM foi dizendo, desde logo, que não é político. Quanto a essa afirmação não me pronuncio, mas quanto à sua declaração de encerramento, penso que não foi a mais correcta e passo a explicar o porquê: agradeceu, e muito bem, ao PCM por todo o trabalho desenvolvido em prol de Montemor, assim como agradeceu, de seguida, ao PJF de Montemor, também pelo seu trabalho prestado por Montemor. Então e os agradecimentos aos restantes PJF do nosso Concelho? Será que eles não têm feito o seu melhor pelo Concelho e pelas suas Freguesias? Pessoalmente, penso que não o fez por mal, mas por lapso, mas agradeço a sua atenção para o exposto”. -----

----- O PMAM usou da palavra dizendo: “Quero lembrar ao Membro Rui Rodrigues que devia estar desatento ou, então confuso. É que, momentos antes e durante o meu discurso, faço um agradecimento ao PCM, aos PJF e aos Membros das AM. O que disse no fim foi outra coisa diferente, e poderemos confirmar oportunamente. O que disse no fim foi: felicito o povo de Montemor que qualifiquei de generoso e trabalhador e que podem ter a certeza que têm 2 Presidentes, o PJF e o PCM, no sentido de Montemor global, que são pessoas com quem podem contar. Agora, não deve ter ouvido, momentos antes, tenho pena de não ter aqui o discurso, disse exactamente que felicitava todos os Órgãos Locais, não ouviu, mas pode ter a certeza que foi isso. Durante o discurso felicito globalmente a atitude, mas na próxima oportunidade mostrar-lhe-ei o discurso, de qualquer modo não fico zangado consigo. Não era correcto da minha parte estar a sectarizar, pôr em destaque o PJF, António Pardal, esquecendo-me de todos os outros que têm, obviamente, um desempenho tão bom ou melhor”.-----

----- O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Tenho uma série de pontos que penso serem mas adequados para colocar no ponto a seguir, mas já que esta conversa resultou noutros pedidos, irei tentar responder a tudo de uma vez.-----

----- Vou começar pela questão da segurança. Tenderei a fazer uma análise deste problema, sobretudo de equilíbrio. Não é curial que nos sintamos satisfeitos, havendo nem que seja um só caso de insegurança. A verdade, contudo, é que o nosso Concelho comparado com outros, quer do ponto de vista das estatísticas, quer do ponto de vista da realidade, não é um concelho que possamos considerar delicado do ponto de vista da insegurança, da sinistralidade ou de catástrofe. Contudo, ultimamente, tem havido preocupantes sinais que nos deixam antever uma estratégia de intervenção mais preventiva do que propriamente curativa e, isto prende-se sobretudo e vou tentar pautar a minha intervenção por alguma moderação no que diz respeito à análise das forças de segurança hoje existentes no Concelho. Com alguma delicadeza já mostrei o meu desencanto junto dalgumas estruturas que chefiam essas mesmas forças. Bati-me e consegui, no mandato anterior, que fosse reforçado o dispositivo, o destacamento do Posto. Hoje, muitas vezes, mais como cidadão do que como político, tenho sentido algum desalento na forma como essa enfatização está a ser gerida e, dentro desse aspecto tenho, por vários canais manifestado a minha preocupação, sem alarido e sem provocar conflito. Falou do caso dos furtos, no caso dos roubos, mas também a ver,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

fundamentalmente, noutras áreas do Concelho com a ambiência mais adequada, sobretudo nocturna, à exploração comercial nalguns estabelecimentos e à vivência pouco inusitada que tem trazido à calma com que se vivia neste excelente mundo rural a que nós pertencemos e que nos orgulhamos. Portanto, acho que não estão criadas condições para abrir um conflito formal e institucional, continuamos a acreditar que as coisas vão ter bom desempenho e bom encaminhamento. Por uma fase que não me compete analisar, mas que face a constatação, algumas das chefias militares do nosso Concelho estão ausentes em progressão de carreira, em reabertura de propostas, etc. Isto tem acarretado, sobretudo para quem conheceu Comandantes do Posto com comportamentos, com formações, com culturas muito diferentes, uma empatia muito grande e que tive a oportunidade sempre de elogiar. Hoje temos uma estrutura que tem outras responsabilidades, que se chama Destacamento e, dentro dessa matéria e com o ensejo que ora me foi dado posso reforçar a minha análise que parece coincidente com a vossa. Ontem, mesmo fiz deslocar, quer ao Posto da GNR, quer ao destacamento, não só um Vereador, como um responsável de serviços para manifestar que, no período que hoje se inicia, se ocorrerem circunstâncias nefastas de segurança e de equilíbrio, eu torná-la-ei públicas e, então, termina aquilo que é hoje uma intervenção que considero de âmbito, chamemos-lhe, familiar, cordial e institucional, porque, de facto, julgo que terá que haver maior respeito pela cidadania do Concelho de Montemor-o-Velho. Não quero com isto criar nenhum conflito, volto a frisar, mas não quero também que se fique com a noção de apatia, perante um conjunto de factos que se têm vindo a avolumar e, para o qual os alertas têm sido desenvolvidos, as posturas do Executivo têm sido tomadas e as reacções têm sido suaves. -----

-----Em relação à questão colocada pelo Membro Jorge Camarneiro tenho 2 ou 3 novidades boas. A primeira é que na primeira fase de candidatura ao QREN o Regulamento, no que diz respeito às candidaturas aos Centros Educativos, enfermava de 2 erros calamitosos, do ponto de vista da instrumentalização da candidatura. Um deles é de que já deveria haver intenção de adjudicação da obra, isto é, já deveria ter ocorrido aprovação do projecto, lançamento de concurso, análise de propostas, etc., e isto era impensável porque ninguém quereria arriscar desenvolver uma iniciativa destas e depois, poder não ser aprovado, tendo, então, de indemnizar os eventuais empreiteiros sobre as obras que teríamos intenção de adjudicar. Segunda nota, exigia fiscalização externa. Estas situações foram contestadas pela ANMP, pelos representantes das Comissões de Acompanhamento e de Estratégia do QREN, onde o PCM tem assento, em representação da Associação NUTIII do Baixo Mondego. De seguida e na sequência dessas propostas, foram reabertas 3 fases de candidatura para os novos CE - de 7 de Abril a Maio, outra a iniciar em Maio e a terminar em Junho e, a terceira, entre Junho e Julho. Quero dizer-vos que, com grato prazer nosso, recebemos do GEP, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério de Educação a oficialização de que apoiam a candidatura que já entregue pela CMMV. Neste momento, já fizemos, na última reunião da CM, a adjudicação do projecto do CE de Montemor, que vai ficar localizado entre a EB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

2, 3 Jorge de Montemor e a Escola Secundária de Montemor-o-Velho e, cujo valor global aponta para um investimento de 2 milhões e 400 mil euros, para cerca de 400 alunos. É uma obra que deverá estar pronta no final do próximo ano lectivo. O que é que isto pressupõe de acordo com a Carta Educativa? Que não haverá lógica para encerramento de mais escolas enquanto não estiverem criadas as condições alternativas para, pedagogicamente, albergar as crianças que vão sair das escolas, nomeadamente as que estão previstas, para além daquilo que já ocorreu com o Moinho da Mata e Quinhendros, Gatões, Ereira, Verride e Abrunheira. Neste momento aguardamos a avaliação que será feita no próximo mês de Maio, em Junho ou em Julho e não fizemos candidatura exclusivamente ao CE de Montemor - candidatámos a EB 1 de Arazede, onde recentemente inaugurámos as obras que se elevaram a 200 mil euros de investimento, e também o Jardim de Infância de Montemor porque é minha intenção política a sua instalação. Na EB1 de Arazede, a obra está feita e aí vamos ver se recuperamos alguma verba, porque o Quadro abriu no dia 1 de Janeiro de 2007. Estamos a trabalhar para os projectos dos outros CE, que requerem uma reanálise muito atenta e que se prende com as verbas afectas no PO Regional, no âmbito do FEDER e que poderão vir a ser contratualizadas ao abrigo da legislação da NUTIII do Baixo Mondego. Estas poderão incorporar as diferentes teses do desenvolvimento apresentadas pelos 10 Municípios e, em relação a isso é nevrálgico sentirmos que este País tem 2 pesos e 2 medidas - a ponte, que vai ligar o Barreiro a Chelas, vai custar tanto ao País como toda a verba destinada à Região Centro que engloba 100 Municípios - 1702 milhões de euros, é o que existe disponível para o PO Regional do Centro. A ponte que está em causa custa mais do que este valor e a obra ontem anunciada para a zona ribeirinha de Alcântara e Lisboa custa tanto ou mais do que o Metro Mondego. É lamentável que, mais uma vez, a concentração da grande URB de Lisboa equivalha a 100 Municípios da Região Centro. -----

----- A segunda nota prende-se com o facto da fábrica da AGNI ir iniciar a sua construção e que só a construção está orçada entre 9 ou 10 milhões, tanto como o molho norte do porto da Figueira anunciado pela Secretária de Estado que, sem IVA, vai andar na casa dos 12 ou 13 milhões de euros. São números de referência, mas alguns deles extremamente preocupantes que deixo aqui, porque de facto não é assim que vamos conseguir a regionalização, não é assim que a Região Centro se vai afirmar, não é assim que o Baixo Mondego vai recuperar pois só lhe vai ser destinada uma fatia próximo dos 60 milhões de euros para ser contratualizada as obras prioritárias dos 10 Municípios. Quero dizer-vos que com estas disponibilidades o investimento para o Município de Montemor, rondará entre os 6 e os 7,5 milhões de euros para investimentos que vão suportar os 35%, qualquer coisa no máximo 10 milhões de euros em 6 anos, isto é zero. Se eu vos citar projectos que defendo, pergunto como é que é possível avançar e, por isso, deixo aqui esta preocupação que vai ter uma orientação política e, volto a frisar política e não partidária, resultado do consenso do Conselho Directivo da AMBM, que é paritária entre os 2 Partidos maioritários. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

----- Terceira nota em relação ao que foi dito pelo Membro Jorge Camarneiro. Penso que estarão recordados que, em determinada altura discutiu-se bastante sobre uma intenção quase de instalação duma empresa de Biocombustíveis, na zona de Arazede, empresa essa que depois se dirigiu para a zona da Tocha. Conforme pudemos constatar, na recente viagem, efectuada ao Brasil, o que está a acontecer é uma loucura que está a invadir a economia global - está a trocar-se a produção de alimentos pela de combustível e isto não tem saída possível se não houver reorientação para produtos diferentes que constituam a base alimentar. Quero dizer-vos também que foi aprovado um projecto extremamente importante e que merecerá o nosso empenhamento, quer tecnológico, quer humano, e que é um projecto de aproveitamento da palha do arroz para fins de construção de betão, muito especializado. Esse projecto foi aprovado pela Unidade da União Europeia e, nós vamos desenvolvê-lo com alguma celeridade porque pensamos que estaremos a favorecer a produção de arroz - quanto mais houver, mais palha haverá e, então, que o arroz seja aplicado na alimentação e tenhamos a palha para estes fins. Isto é um projecto que vai ter a envolvimento da CCDR Centro, uma equipa que trabalha connosco nesta matéria, na área do ambiente e, logicamente, vai ter que envolver muitos agricultores e, sobretudo, as regiões do País onde esta produção é maior. Queremos envolver este projecto num mais ampliado da chamada zona do Parque de Ciência Tecnológica na região do Parque de Negócios de Montemor e, portanto, isto é um projecto embrião bastante claro e, quando ele for desenvolvido, trá-lo-ei a esta AM para que ela possa ser partilhada e ao mesmo tempo conhecedora desta matéria. -----

----- Em relação à questão posta pelo Membro Marco Góis, sobre as Águas de Portugal (AP), o Executivo Municipal já tomou a iniciativa de 2 procedimentos: primeiro manifestar à Águas do Mondego a disponibilidade para aderir ao Sistema Municipal de acordo com deliberações anteriores; segundo, dirigi uma carta ao Ministro do Ambiente em que lhe solicitava, tendo conhecimento que a AP estava a desenvolver um projecto e apresentação de candidatura ao programa temático de valorização de território, o chamado POVT, que Montemor fosse incluído nesse estudo para a baixa e alta, estou a falar de saneamento, e isso foi considerado plausível e já tivemos aqui reuniões com esse fim. Em relação a esta matéria, uso de toda a transparência, porque são decisões que não caberão somente a Montemor, já que, neste caso concreto, há 3 ou 4 Municípios que estão numa situação muito semelhante. Não podemos esquecer de ter atenção ao seguinte: o que está em cima da mesa, basicamente nesta matéria, o PO Regional do Centro, para cerca de 1702 milhões de euros de investimento, tem cerca de 72 milhões de euros para o chamado ciclo urbano da água, que é a nova designação onde, para vocês começarem a perceber está metido água, saneamento, por isso é o ciclo urbano da água. Estes 72 milhões de euros para a Região Centro toda, para os 100 Municípios que começam lá em baixo no médio Tejo e que vão acabar lá em cima junto ao Porto, não dará para nada, se vocês dividirem 72 milhões por 100 Municípios vejam o que dá. Isto pode dar azo sobretudo a uma coisa - Municípios que têm redes muito antigas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

com 40 ou 50 anos, candidatarem-se para a remodelação ou renovação das mesmas e, então, se nós não temos aí cabimento onde é que podemos concorrer? Nós podemos e devemos concorrer ao POVT - Programa Operacional de Valorização do Território - na medida que lá um grande monopólio, que ainda por cima é institucional e público, chamado AP que tem a garantia, face à aferição que foi feita do que falta fazer no nosso País, de possuir o montante necessário para o fazer e, portanto das duas uma: ou nós vamos nesse comboio e a seguir temos que apresentar um outro complemento, mas, então, onde é que está a verticalização do sistema? O que está aqui em causa é a alta que vai misturar a água e até agora falei em saneamento, mas não podemos pensar que só vamos ficar com a carne, pois vamos perder a água. Estou a falar clara e abertamente porque a opção é muito razoável. Vamos ser encostados à parede com uma prerrogativa muito clara, já que, por exemplo, nós não temos em relação a Cantanhede o grande manancial que se chama “Olhos da Fervença”. Até tem havido aqui consenso dos 2 Grupos maioritários e o Membro Jorge Camarneiro já fez vários reparos e eu não me esqueço disso. Perante isto, faço a pergunta ao contrário, porque subscrevo muitas das dúvidas manifestadas por ele, mas por outro lado não esqueço que será por um milhão de euros, que temos de receita de água e de taxa de lixo por ano, para passar para um volume de 18 milhões, que vamos estar com essa preocupação? Montemor tem prontos 6 projectos que podem levar-nos a atingir cerca de 75% ou 80% da capacidade de cobertura de saneamento e a questão que muitas vezes coloco e partilho convosco é saber se vale a pena perguntar a Verride se quer sacrificar 3 anos, à Abrunheira se quer sacrificar 4 anos, a Vila Nova da Barca se quer sacrificar 2 anos, a Liceia, a Gatões, à Ribeira dos Moinhos e estou a falar nisto porque tenho tudo pronto, só preciso da deliberação e do consenso para dizer: meus caros amigos preparem-se, a partir de 2009 ou 2010, a água passa para eles e agora vamos já ter aqui os projectozinhos. O que falta é quantificar isto tudo; a AP tem 2 ou 3 meses para nos apresentar o estudo, que parte duma questão muito clara e estou convencido que até ao final deste ano temos os concursos destas. Quando daqui a um pouco vos falar do plano estratégico e em 10 projectos que qualquer um de vocês, se discordar, levanta-se e se tiver coragem de dizer eu não quero esse projecto, eu admirar-me-ei e, depois de dizer quanto é que ele custa e quanto é que caberá à CM pagar, nos próximos 6 anos e com os fundos de financiamento desta índole de 60 milhões a repartir por 10, eu acho que tudo tem que ser repensado. Portanto, em relação às AP, ao saneamento a questão é muito clara nesta matéria, com a devida salvaguarda da audição dos Órgãos Autárquicos Locais, mas o cenário é este e o caminho que está em cima da mesa é este. Acho que quem tenha uma dependência ainda forte, como é o caso de Montemor, sobretudo no saneamento não vai ter grandes chances de estar a correr outros caminhos. Mas há uma outra coisa que nos vai ajudar nos próximos tempos, nos próximos dias que é a fixação dum preço homogéneo de água e saneamento a nível nacional e, meus caros, isto é como a EDP, e aí volto a subscrever aquela costela que tenho de achar que assim qualquer dia quem manda em nós? Não é mandar em nós, é mandar na carteira, porque se começarmos a somar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

água, saneamento, recolha de lixo, electricidade e não sei mais o quê, nós Município ficamos com o ónus de ser o prestador desse serviço. Em relação a isto espero que na próxima AM, de Junho, hajam novidades mais quantificáveis para apresentar. Agora, com alguma isenção e frontalidade acho que apesar de poder ouvir algum discurso político um pouco mais assintoso e democrático, nós não temos outro caminho senão entrar no comboio, pois se ficarmos no apeadeiro eles, dum momento para outro, acabam com os apeadeiros e só há estações e, depois a partir duma certa altura é só vê-los passar. Agora, continuo com a minha consciência preocupada, porque não é inteiramente do meu agrado essa circunstância. -----

-----Em relação à questão posta sobre o Regulamento da Juventude, ele mantém-se em vigor. Quanto ao Cartão da Juventude teve aderência, posso numa próxima reunião pedir ao Vereador que faça um esclarecimento melhor sobre isto. Agora, o que julgo é que é das coisas que é possível melhorar e é evidente que se estivesse na Oposição também tinha que procurar onde é que iria provocar a Maioria. Muito bem, o Vereador da Juventude não está, mas vou pedir-lhe que faça um relatório para a próxima AM.-----

-----Outras notas que vos queria dar muito rapidamente e que são importantes: da FISA, Federação Internacional de Remo, recebemos um ofício que, neste momento já está na posse do Governo, e que vem legitimar o projecto do Centro Náutico de Montemor e considerá-lo adequado para a execução da provas europeias e mundiais a que a CM se candidatou, em parceria com as Federações. No próximo dia 10 estaremos em Munique, para defender, galhardamente, a candidatura que foi feita aos Campeonatos da Europa de 2010 e ao Campeonato do Mundo de 2011 de Remo, em Montemor-o-Velho e, pelo menos, uma destas quase garantidamente virá para Portugal. Temos adversários como a Ucrânia, Holanda e a Alemanha e, em relação ao Mundial, é a Holanda a que tem mais oportunidade de vir a ter essa vitória.-----

-----Há outro aspecto que julgo que é importante que conheçam, porque as coisas trazem-se aqui, toda a gente vota e aprova, nós mandamos executar e quando fazemos as contas no fim paga sempre o mais fraco, como é o caso da ponte da Ereira que está pronta, foi recuperada e toda a gente nos prometeu 80% de financiamentos. A obra teve um custo global que rondou os 150 mil euros, dos quais só conseguimos arranjar participação de 82 mil, ou seja, os restantes cerca de 68 mil euros, até agora, foi a CMMV a única a suportar. Já mandámos a factura para a CM da Figueira, no valor de 34 mil euros e esperemos que pague. No fundo a promessa dos 80%, isto só para terem atenção, quando entramos nos factores das obras extraordinárias o financiamento não ultrapassou os 55% .-----

-----Outra nota é sobre o Plano Estratégico do Baixo Mondego – na próxima segunda-feira vamos entregar o plano na CCDR, que é o último dia para a contratualização, e que esperamos durante o mês de Maio, numa iniciativa pública nacional, apresentar o Plano Estratégico do Baixo Mondego. Temos um parceiro muito forte, a Universidade de Coimbra, que vai fazer parte deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

projecto, mas é com alguma apreensão que temos visto esta distribuição de verbas em volume e em parceria que não nos são nada agradáveis. -----

----- A concluir gostava de vos dar a conhecer algo sobre a reunião com o Ministro do Ambiente que me recebeu, no dia 29 de Fevereiro passado, extremamente cordial e, no dia 6 de Março dirigi-lhe uma carta na sequência da visita em que dizia, vou citar “venho agradecer a excelente recepção e cumplicidade que Vossa Excelência manifestou aquando da minha visita ao seu Gabinete para discutir a problemática da Obra Hidráulica do Baixo Mondego que falta ainda implementar. Venho comunicar-lhe, também, que já transmiti o teor da nossa conversa ao Presidente da CCDRC e do INAG. Predisponho-me para qualquer participação de acordo com a proposta do Senhor Ministro sobre a temática analisada para criar um grupo de trabalho durante o corrente mês de Março para com celeridade e oportunidade elencar e hierarquizar prioridades sobre as propostas entregues e que poderão recorrer ao QREN. Realço, uma vez mais, o meu empenhamento no convite a uma visita de Vossa Excelência a este Município/Região, após a concordância interdisciplinar da matéria referida no ponto anterior”. Para espanto meu e se calhar vosso o Ministro, na carta que eu lhe dirigi fez o despacho que passo a ler “O projecto de aproveitamento hidráulico e hidro-agrícola do Baixo Mondego constitui uma iniciativa de grande relevância regional e nacional com valias assinaláveis em várias áreas da actividade económica. Um projecto desta dimensão e relevância precisa de assentar em novos modelos de gestão que assegurem o maior envolvimento e participação dos utilizadores e instituições relevantes de acordo com o que está previsto na Lei da Água. Nestas circunstâncias, solicito ao INAG que constitua uma estrutura de coordenação que em estreita articulação com a ARH, Administração Regional Hídrica do Centro, que quanto possível deverá assegurar a continuação do processo em moldes a seguir, que promovam os necessários contactos com a CCDRC e com as Câmaras Municipais de relevantes, com as Associações de Regantes e os Organismos do sector agrícola, com as Indústrias utilizadoras do sistema e com outras Entidades julgadas pertinentes com vista a: a) identificar as componentes do sistema que ainda falta executar e que sejam essenciais para a sua eficácia; b) encontrar modelo de funcionamento, nomeadamente no âmbito do QREN, em estreita articulação com a Comissão de Coordenação; c) assegurar a coordenação com os serviços relevantes do Ministério da Agricultura de Desenvolvimento Regional e Pescas; d) iniciar as diligências que permitam criar o modelo de gestão inovador no quadro estabelecido pela Lei da Água. Nomeio o Professor Pedro Mendes, do meu Gabinete, que deverá acompanhar este projecto e solicito ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional que designe um elemento do seu Gabinete para o mesmo efeito. Dê-se conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor, ao Presidente da CCDRC, ao Presidente do INAG, ao Presidente da Comissão Instaladora da ARH Centro e peço a atenção muito especial do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional para este assunto”. Está aqui dito, que se tivermos génio e arte vamos ao QREN buscar dinheiro para acabar a obra do Mondego no que diz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

respeito ao ambiente e no que diz respeito à parte hídrica. Dirigi, logo de seguida, uma carta ao Ministro da Agricultura, para vocês entenderem, nós estamos a falar no Vale a ser trabalhado por 2 áreas de influência muito fortes, uma é FEDER, Programa de Valorização Territorial, Ministério do Ambiente, área hidráulica e área ambiental, outra FEDER programa gerido por um outro Comissário na União Europeia que não tem nada a ver com isto, Ministro da Agricultura em Portugal gestor, para pegar num projecto que também fiz chegar ao Ministro e que a Associação de Beneficiários me tinha feito para elencar um conjunto de situações. O Ministro já me respondeu e, entregou este dossier ao actual Ministro Adjunto, Engenheiro Ascenso Simões, o ex-Secretário de Estado da Administração Interna para este assunto. -----

----- Tive hoje a oportunidade de falar com o Presidente do INAG, com o vice-presidente e com o vice-presidente da ARH, tendo, neste momento fechado praticamente o circuito todo para, rapidamente, podermos ter até ao final do ano uma posição. Portanto, quero, publicamente, deixar o meu agradecimento ao Ministro, porque, sinceramente, eu não fazia o que ele fez, esperar que ele saia bem visto, se ele sair bem visto, nós saímos muito bem vistos, e temos finalmente uma obra que já merecia mais do que tempo para acabar. -----

----- Espero agora, da área da agricultura que não haja os entraves que muitas vezes nós temos sentido. -----

----- E era este o sentido final da minha intervenção deixando aqui esta boa nova que penso que é para todos muito importante”. -----

----- **PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;** -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Penso que a maior parte deste Ponto Dois já estará tratado, mas, de qualquer modo, pergunto se alguém, quer intervir. Não havendo inscrições para este ponto, vamos passar, de imediato, ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos”. -----

----- **PONTO TRÊS – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO RELATIVA À TOPONÍMIA DAS FREGUESIAS DE MONTEMOR-O-VELHO, PEREIRA, SEIXO, VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA;** -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Queria apenas, aqui só deixar 2 ou 3 notas: a primeira para informar que falta só Tentúgal e Santo Varão para fecharmos todo processo e gostaríamos de fazer isso já na próxima AM a realizar em Junho. -----

----- A segunda, decorre da pretensão apresentada pelo PJF de Pereira – este é um processo que necessitava de ser terminado, urgentemente, não só no que se refere à designação dos topónimos, mas também a atribuição dos números de polícia, permitindo, assim, a alguns serviços, nomeadamente CTT e não só, GPS’s adequados para o Concelho e outros de modo a facilitar muitas das localizações no concelho. O processo mantém-se aberto, tem sempre uma CMT que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

pode corrigir as falhas que se detectarem, mas é preciso que, duma forma individual, com respeito de cidadania ou de uma forma colectiva, através dos Órgãos Autárquicos, sejam AM ou JF, lhas façam chegar. -----

----- A terceira é que depois de tudo aprovado e justificado, é intenção do Município editar um livro com todos topónimos do Concelho, que façam história sobre uma época, justificando porque é que a rua A, B, ou C tem este ou aquele topónimo e, mais tarde, daqui a 10, 15, 20 ou 100 anos se quiserem mudar que fiquem, pelo menos, com a história de que como era designado o Concelho, no princípio do século XXI, por vontade própria dos Órgãos emanados do Poder Local e democraticamente eleitos”. - -----

-----**PONTO QUATRO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, PROPOSTA DE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL”**

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Apenas para frisar que este procedimento decorre da aprovação e publicação do Plano de Pormenor do Pólo Logístico e Industrial de Arazede que, agora, terá de ser acertado com o PDM, em vigor, e de acordo com o previsto na Lei. Para alguma resposta mais técnica está aqui o Director de Departamento que responderá ao pretendido. O PLIA, a partir de agora, está em condições de sofrer 2 intervenções muito claras, que foram aprovadas na última reunião do Executivo - o estudo de impacto ambiental de todos os 56 hectares e o destacamento de cerca de 9,9 hectares que podem, desde já, albergar iniciativas de integração de acolhimento empresarial de acordo com o loteamento específico que vai ser feito para esse fim”. ---

----- Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 31. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO CINCO – APRECIAR E VOTAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007;** -----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Sobre este último ponto, o Grupo do PS tem, em primeiro lugar, de elogiar a forma como, desta vez, o Executivo Municipal apresentou as contas, com detalhe e precisão. Uma palavra de elogio, também, pela não existência de discussão na reunião do Executivo Municipal pelo que o Grupo do PS está, totalmente, de acordo com o então proferido pelos Vereadores Socialistas, pelo que não vou fazer uma análise de forma detalhada. -----

----- Perante este Relatório de Contas (RC) ficamos, realmente, com algumas preocupações no que se refere à actual situação económico-financeira, como já referido pelos Vereadores, especialmente com o resultado líquido do exercício. Já lemos as explicações do PCM e, mais do que estarmos a apontar o problema, gostaríamos que, se fosse possível, nos explicasse quais vão ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

as medidas para inverter esta situação durante este ano. Não queremos apontar o problemas, mas sim, ser parte da solução.-----

-----Tal como prometi o ano passado, o Grupo do PS voltou a fazer a análise da execução orçamental nas diferentes Freguesias, por parte da CM e refiro, desde já para não causar o mesmo equívoco do ano passado, que nestes valores não entram as transferências para as JF, entra só o que foi feito directamente em termos de investimento pela CM, segundo o Plano Plurianual de Investimentos e voltamos a encontrar algumas discrepâncias entre as Freguesias geridas pelo PS e pela CMNRC. Em alguns casos, como Vila Nova da Barca, pelo que nos é permitido perceber através de recolha feita no referido documento, a execução orçamental continua em níveis muito baixos a rondar 1% e em Santo Varão ronda os 12% e por aí fora.-----

-----Noutras Freguesias conseguem-se realmente níveis de execução muito bons tal como em Seixo (87%) e em Montemor-o-Velho e o que nos preocupa é ver esta discrepância entre 1% e 87%. Percebemos que, em determinado ano, tenha de haver um maior investimento em determinadas Freguesias, mas não tanto. -----

-----Não esqueço que, no passado, o Seixo terá sido prejudicado, nesta divisão anual e esperamos que, da próxima vez, possa ser uma Freguesia com um PJ do PS e ficamos a aguardar.---

-----Para finalizar, como é hábito o Grupo do PS vai votar contra, deixando a liberdade de voto aos PJF”.-----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Volto a lembrar o que, de Mário Sá Carneiro, parafraseei no último mandato quando disse ao PCM que ele necessitaria de fazer um grande “golpe de asa” e, não foi por acaso que disse isto, é em termos elogiosos que o faço, pois é uma constatação daquilo que temos. Na verdade, ele conseguiu e tem, ainda, uma outra qualidade que é coragem, bem tipificada nos vários investimentos que fez, nas acessibilidades, nas infra-estruturas básicas e nas pontes sobre a ferrovia. É óbvio que, quem não tem dinheiro para fazer este investimento, tem que ter necessariamente coragem, tem que ser um bom gestor para que o dinheiro possa esticar, com base na boa gestão que tem feito. Na verdade tenho que o referir e não sou contabilista, nem economista, mas sou, efectivamente, um bom observador. Nestas situações não devemos todos, por qualquer motivo de politiquice, estarmos pura e simplesmente contra. É óbvio, que eu próprio não estou satisfeito com o que se passa nalgumas Freguesias, entre elas aquela que ultimamente mais tem crescido demograficamente - a de Pereira. O PJF, com certeza, tem tido dificuldades no investimento necessário, à própria sede da JF, mas isso são questões de pormenor e, quem sabe, de falta de coragem. É preciso capacidade e dinamismo para apresentar as obras e projectos, mas há situações, por exemplo, dos Pólos Industriais e Logísticos em que a venda do património, para captação de investimento, trouxe menos valias para a CM. É óbvio que temos de olhar não com olhos retrógrados, mas em frente, para que o Concelho e a nossa JF sejam, efectivamente, mais desenvolvidas. Há um facto que pretendo referir e que, pelo menos há 7 anos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

não o esqueço Se pretendemos um equilíbrio e uma fixação de pessoas no Concelho, teremos que ter os mesmos princípios para a margem esquerda e para a direita. Há um Pólo Industrial fundamental para a fixação das pessoas que a margem esquerda necessita. Ouvi com atenção o que PCM disse em relação à deslocação da Hexion para outro lado e que será, efectivamente, benéfico se se concretizar aquilo referiu e, então, teríamos o desenvolvimento harmonioso e a fixação das pessoas e a criação de emprego. No entanto se é uma mera perspectiva, teremos de encarar uma outra solução que passe pela aquisição de outros terrenos para a criação de um pólo que tanta necessidade faz naquela margem. Perante tudo isto, seria hipócrita, seria cínico se votasse contra o Relatório de Contas, mas também não poderei votar favoravelmente por um conjunto de situações que referi e, por isso, esta minha declaração de voto, concluindo anunciando que me irei abster”. ---

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Agora já não faço questão nenhuma, mas não tem sentido que tendo-me inscrito em último lugar, não possa falar em último lugar. Não é a primeira vez que faço este reparo, não faço questão de ficar em último lugar ou em primeiro. Relativamente a este Relatório de Contas, gostava de fazer uma chamada de atenção, já habitual. Ao longo destes anos todos continuamos a insistir num erro, quando se prevêem investimentos e não se fazem, prevêem-se vendas de bens de investimentos que não se realizam e, depois, temos execuções que foram tão criticadas noutras gestões camarárias do PS ou do PSD. Continuo a pensar que não faz sentido prever receitas que depois ficam longe de se concretizar ou seja, nós estamos hoje com uma execução orçamental de 52%, isto porque, na receita corrente, já é difícil haver um engano, porque, mais ou menos, as receitas são previsíveis, estão estabelecidas, estão orçamentadas. Aqui o que verificamos é que se continua a insistir numa política que tenta contentar gregos e troianos, os PJF da maioria e os PJF da minoria, apontando-lhes com bandeiras de obras que acabam por não se realizar. Já, hoje, ouvi dizer que na Freguesia tal houve uma realização de obras de 1,6% e noutras cerca de 80% e somos confrontados, permanentemente, com a mesma situação. Também tenho defendido que deve haver uma priorização do investimento ou dos meios, que são escassos, não só por razões das receitas próprias e por razões estruturais, mas também por razões políticas de gestão do Governo. Os últimos Governos têm privilegiado um equilíbrio orçamental do Estado, impedindo as Autarquias de contrair empréstimos, mesmo que eles sejam importantes ou vitais para o seu desenvolvimento e, portanto, temos aqui uma razão para a qual algumas obras não se fazem, mas repito que há, na minha opinião, insistência em obras que dão votos, que dão popularidade, que dão apoio e, por vezes, são pouco produtivas. É pena não termos uma enumeração dos custos nas chamadas festas e romarias do ano passado e eu também não me dei a esse trabalho, porque seria inglório de poder destacar. Numa fase em que estamos confrontados com investimento de 6,8 milhões de euros de despesa de 2007, parece-me que voltamos a insistir em investimentos que são muito pouco produtivos. É verdade que temos o PLIA, que está em fase de arranque o Parque Industrial de Montemor, mas a verdade é que dá a ideia que está a ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

cadenciado por causa de um calendário eleitoral. Não tenho nada contra isso já que é importante que quem está a gerir os destinos do Município pretenda aproximar um conjunto de obras para uma fase em que possa servir de arma eleitoral. Com a humildade que, nestas coisas, vou tendo percebo que isso se faça a todos os níveis e em todos os Partidos, mas parece-me que continua a haver uma aposta em contentar tudo e todos, sem haver uma grande priorização do tipo de investimentos que se fazem. Assim, a maior crítica que faço é que era preferível termos consciência que estamos em tempo de “vacas magras”, também nas previsões orçamentais e não em tempo de “vacas gordas”, isto para não sermos confrontados, todos os anos, com o mesmo resultado, que é o enorme grau de não execução relativamente ao que se prevê. Penso que andamos todos envolvidos numa feira de vaidades porque distribuem-se algumas verbas para as JF, os PJJ fazem o seu calendário, vão gerindo e ficam contentes, mas a verdade é esta. Repito que não estou nada de acordo com isto, que se repete de ano para ano e só posso fazer o mesmo, ou seja, votar da mesma forma como tenho votado ultimamente. Não voto contra porque, de facto, o Relatório não merece, do ponto de vista técnico, grande reparo, mas do ponto de vista político também não me merece o apoio e daí que me vá abster”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Tenho uma declaração de voto do Grupo da CMNRC, mas, antes de mais, permitam-me que faça alguns comentários a propósito das enunciadas feiras das vaidades. Não aceito tal, quando se fala em executar obras que apenas dão votos e pergunto se a ponte da Ereira que foi uma obra que a CM teve a coragem e a determinação de concretizar, para benefício exclusivo das populações e dos visitantes daquela zona, se não era uma necessidade? Estas não são o tipo de obras que dão o voto. Neste caso é-se preso por fazer obra e por não se fazer obra. A quem tem servido o atraso na implementação do QREN, isso sim, é um tema interessante para debatermos. Quanto é que os Municípios acabaram por despende e não puderam ir buscar à Administração Central? Isto foi muito bom para a Administração Central para equilibrar as finanças públicas. Por outro lado, não podemos esquecer que para a implementação de uma nova zona industrial na margem esquerda, a CM e as próprias JF estão com grande cuidado a defender os interesses do concelho face à passagem da nova via rápida e tudo para chamar gente para aquelas zonas. A CM não tem que dar os rebuçados, tem que dar hipóteses, conceder algumas facilidades e benesses para, numa operação de charme com os investidores para conseguir que, por cá, se instalem”. -----

----- Apresentou, então, a declaração de voto do Grupo da CMNRC que fica como **documento anexo** à presente acta sob o **número 16**. -----

----- O PJJ de Liceia pediu a palavra e disse: “Todos sabemos que as CM nas suas gestões não têm recursos necessários e suficientes para executarem as obras orçamentadas e que gostariam de concretizar. Neste contexto, os PJJ do PS irão abster-se porque não estão satisfeitos com a taxa de execução, mas, todavia, dão o benefício da dúvida, visto que num passado recente o PCM afirmou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

que iria dar mais atenção aos trabalhos dos PJJ e às suas obras, sobretudo nas Freguesias onde houve menor intervenção, tendendo, por conseguinte, para o justo equilíbrio da repartição do investimento municipal”.-----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Há questões estruturantes e estruturais deste Concelho que não se conseguem debelar em 1, 2 ou 3 mandatos. Se tiveram alguma atenção, por exemplo, a receita própria equivale a 17% da receita total deste Município e voltamos à velha questão que discutíamos no ponto anterior. Normalmente eram receita próprias e, actualmente, há uma solução que, claramente, não terá a empatia da minha parte e que passa por uma segregação ou exploração do mais visado que é o Município. Esta questão só se poderá combater quando, estruturalmente, alterarmos as fontes de rendimento e isso passa, fundamentalmente, por estruturalizar, duma forma mais condigna, o novo emprego, o consumo e o rendimento que possibilite, harmonicamente, que essa aplicação seja suportável e comportável. Como por outro lado me parece e, isso é um tema delicado, mas que terá de ser discutido com alguma razoabilidade e sem perder o factor ideológico, não sendo exacerbadamente fundamentalistas ou de uma visão estritamente fechada nessa matéria, é que este Concelho não tem densidade em termos dos seus núcleos populacionais para ter uma força autónoma capacitadora de poder ser altamente reivindicativa. Vivemos num “savoir-fair” e até num “laissez-fair” de cordialidade entre centros pseudo-urbanos ou meios rurais cuja dimensão não têm escala, passando por Montemor, pela Carapinheira, por Pereira ou Tentúgal e querer manter esta rede de vilas dentro desta postura, muitas vezes, pela sua elementariedade perde força a todos os níveis. Esta matéria leva, claramente, a que haja uma alternativa que, muitas vezes, equaciono, sobre a sua valência total que é a de melhorar qualitativamente alguns aspectos que se prendem com o atraso, nalgumas circunstâncias, em que o Concelho estava em relação a outros. Muitas vezes faço esse exercício, em nome do Executivo e da Maioria que represento, de modo a garantir solubilidade e desenvolvimento que seja exequíveis nos anos seguintes. Pegando numa observação que o Membro Jorge Camarneiro fez, as diferenças das execuções apenas estão sujeitas à incorporação do valor da dívida transitada de um ano para outro, que obriga a que se tenham valores orçamentais tecnicamente que suportem o investimento novo e transitado. Nesse aspecto, acho que o pior ano, da nossa gestão, foi o de 2006, fruto de várias situações, que serviram de lição e alguns deles que se prendem com um valor exagerado de obra num ciclo muito curto. Diria que estamos em fase de desaceleração dum investimento em que estávamos envolvidos, para poder pagar e diminuir o passivo e, quando digo nestas folhas que diminuámos a taxa são coisas diferentes e, portanto, não estou aqui a querer vender gato por lebre, estou a dizer que o que se nota é uma desaceleração daquele endividamento e porquê? Porque a obra, tendencialmente, vai ter um valor mais reajustado entre o lançamento, a execução e o pagamento, mas não podemos esquecer e omitir o que já trazíamos de trás e, a partir duma certa altura e em relação a 2007, tenho tentado mantê-la. Para reduzir, por exemplo, a despesa corrente, que para mim é fundamental, temos de mexer numa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30

área sensível que é a do pessoal. Neste campo, o actual cenário que estamos a atravessar preocupa-me bastante, porque não posso ter apenas uma leitura economicista, senão coloco em causa uma concepção que eu próprio tenho de Autarquia. Não defendo a Autarquia samaritana, misericordiosa, empregadora a qualquer preço, mas também não a vejo, numa circunstância em que a própria região e o próprio Concelho não tem tido grandes expressões da complementaridade de empregabilidade do sector privado ou do terceiro sector, a ter de desenvolver algumas dessas tarefas na conjuntura difícil que temos vindo a atravessar. Uma outra área que tem crescido, inusitadamente, é a de prestação de serviços, sobretudo em áreas onde albergámos, com convicção, todo o serviço de apoio à educação, no que diz respeito ao fornecimento de refeições, às actividades extra-curriculares, aos transportes públicos. No passado todos nós o defendemos e, hoje, não há criança nenhuma que não tenha alimentação no pré-escolar e no 1ºCEB, que não tenha transporte garantido, que não tenha actividades extra-curriculares. Se compararmos o valor do investimento e do seu funcionamento, em termos de aquisição de serviço de professores e de transportes e compararmos com a transferência que recebemos da Administração Regional ou Central, este fosso é cada vez maior. E ele é fruto da aquisição de serviços a professores e transportes, outra questão fundamental e delicadíssima que tem disparado numa forma abominável e que temos que pôr travão, temos que arranjar soluções. Não esqueço a despesa pública de iluminação, que se alguém se der ao luxo de comparar as despesas de 2002/2003 com as de hoje, verifica que cresceu entre 75 a 80%. Todos gostamos de ir na rua e sentir segurança, melhor iluminação, mas hoje é inoportuno manter esta situação e vamos tentar chegar a acordo com uma empresa da holding da EDP, que trabalha neste âmbito, de modo a haver redução de potência da iluminação pública a partir de determinadas horas, para compensarmos 20 a 30% desta despesa. Estamos a falar de 600/700 mil euros por ano, porque nós recebemos a renda da EDP, mas pagamos e volto a frisar, é problemático reduzir a despesa corrente fixa, ligada a prestação de serviços que consideramos de proximidade, de comodidade, de solidariedade, etc. Sobre as festas, há uma questão que não querendo ser deselegante nem causar estranheza por esta linguagem, não posso deixar de referir que sou muito contra estas festas, mas faço aquelas que considero imprescindíveis para manter os epitáfios que hoje dão a Montemor e que é um Concelho com muita cultura. Isto tem que se pagar, se calhar olhando mais para a carteira. No entanto, não posso estar minimamente com a declaração de voto apresentada pela Vereadora do PS, porque se falava em valores na de 80 mil euros, quando nessa rubrica entram todos os anúncios de obras que lançamos, que temos que publicar em jornais diários de maior expressão na região, todos os concursos de pessoal e, assim, mais de metade daquele valor são gastos porque a Lei nos obriga. As Festas da Vila, de 2007, custaram, na sua totalidade, 325 mil euros e deram de receita 61 500 euros, pelo que existe um saldo negativo de 273 500 euros. Reparem que os stands e a tenda custaram 70 mil euros, a iluminação 47 mil, os artistas e a produção 90 mil euros, segurança e projecto eléctrico 14 mil euros e palcos e outros equipamentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

25 mil, o que dá 246 mil euros. Perante isto pergunto o que é que se tira daqui para que haja ou não há Festas, porque essa é que é a decisão, não vale a pena estarmos a enganar-nos - ou não há ou havendo, o que é que se pode tirar desta estrutura. Este ano, porque o feriado é a uma segunda-feira, vamos concentrar isto em 3 ou 4 dias e vamos ver. Agora, o problema é também de uma ética de imagem - será que o Concelho de Montemor não merece ter umas Festas? Se não, assumam e também não me preocupa nada por elas serem cada vez mais esvaziadas no conteúdo político, na cerimónia do feriado municipal. Se houver um contexto e um conteúdo, cada vez maior, em iniciativas ao longo do ano que preencham a tal oferta cultural de marca que se conseguiu conquistar, acho muito bem. Agora que elas são equacionáveis, disso não tenhamos dúvidas mas, a partir duma certa altura, se fazemos as coisas sem qualidade não vale a pena e se é para evoluir custa, hoje, cada vez mais. -----

----- Uma das questões também abordada, foi a de privilegiar o investimento e as Freguesias. Essa dou de barato e assumo-a, por muito que isso possa custar aos ouvidos de alguns, sejam eles da Maioria ou da Oposição. Nenhum PJF, dos actuais ou dos que conviveram comigo no primeiro mandato, poderão dizer que sou, para eles, hipócrita, mentiroso desonesto. O problema, muitas vezes, é querer partilhar com eles algumas das coisas para as quais há limitações e não os tratar de forma a que se sintam uns mais e outros menos e sei que, até politicamente, isto é nefasto e porquê? Porque não é fácil chegar a um processo eleitoral, tendo convivido, durante 4 anos com 7 dum grupo e sete de outro, e ter, depois, o desprazer de dizer mal deles só porque são do outro lado e, ao mesmo tempo, ter a capacidade para mobilizar recursos da Maioria que me apoia para ter um candidato que vai ter ali de aparecer. -----

----- Em relação as estas contas e esta apresentação gostaria de, por exemplo, realçar as menos valias que levaram a que tivéssemos este resultado. Como em tudo, os terrenos são valorizados de acordo com a incorporação e seu custo - por exemplo, nos do Parque de Negócios de Montemor estão incorporadas todas as obras lá realizadas, desde 1997; depois, quando chegou à altura de se vender e se começar a alienar, foi decisão política unânime criar um regulamento privilegiando indicadores, potenciação de qualificação de recursos, de valorização e valor acrescentado de um produto concelhio, duma complementarização de empregabilidade. Portanto, não tenho grandes argumentações fora deste contexto de achar que, em relação ao futuro, à que salvaguardar, estrategicamente, pilares e âncoras de desenvolvimento sustentado que criem emprego forte e que os novos residentes ou os actuais, tenham soluções de emprego e se crie riqueza que seja distribuída e aplicada. Até lá, vamos passar anos difíceis. -----

----- Em relação aos dados do Concelho e àquilo que foi dito, não contrário. A única coisa que garanto é a minha preocupação, sustentada nas 4 ideias que há bocado disse, garantindo solvabilidade, não perdendo, ao mesmo tempo, nesta fase, uma corrida que acho que é essencial que é o de ganhar destaque, em termos da nossa região, não por orgulho próprio ou por evidenciar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Abril, 30***

diferenças em relação aos outros, mas para manter características de autenticidade e de complementaridade. A nossa ruralidade, sustentada no desenvolvimento económico, pode e tem uma faceta muito importante para que este projecto chegue a bom porto e tanto faz que ele seja desempenhado por mim ou que venha a ser desempenhado por outro. Acho que devemos ter uma estratégia clara e sustentá-la na base do conhecimento, da tecnologia e, com isto tudo a trabalhar, dar ao potencial humano que temos as virtualidades que não temos na área da educação, da cultura e da formação. Continuo crente nisto e penso que há consonância de pensamento entre as várias forças partidárias no Concelho, sendo apenas diferente a forma de o concretizar”.-----

----- Não havendo mais intervenções passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 02;-----

----- Abstensões – 09;-----

----- Votos a favor – 20. -- -----

----- O Documento de Prestação de Contas de 2007, foi aprovado por maioria.-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, que todos os pontos aprovados o fossem em minuta, para efeitos imediatos-----

----- Não se registando qualquer pedido de intervenção do público, deu-se por encerrada a Sessão eram 20. 30 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha.

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo